



ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE (UNIPACE)

MBA DE GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA

DARLAN MOREIRA MACIEL FILHO

AUXÍLIO BRASIL E SEUS USUÁRIOS, DEPENDÊNCIA OU EMANCIPAÇÃO?

FORTALEZA – CE

2023

DARLAN MOREIRA MACIEL FILHO

AUXÍLIO BRASIL E SEUS USUÁRIOS, DEPENDÊNCIA OU EMANCIPAÇÃO?

Artigo Científico apresentado à ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE (UNIPACE), como requisito parcial, para a obtenção do título de MBA DE GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA.

Orientador: Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes

FORTALEZA – CE

2023

AUXÍLIO BRASIL E SEUS USUÁRIOS, DEPENDÊNCIA OU EMANCIPAÇÃO?

Darlan Moreira Maciel Filho ¹

RESUMO – O Programa do Auxílio Brasil (PAB) é uma Política Pública do Governo Federal que garante uma renda mínima aos brasileiros que se encontram em situação de extrema pobreza e pobreza, ou seja, de vulnerabilidade. Neste trabalho, procuramos levantar algumas informações sobre o Programa, buscando entender se de fato essa Política consegue atender seu objetivo e se consegue dar uma vida mais digna as famílias amparadas, além de analisar a gestão deste benefício. Esta pesquisa tem caráter bibliográfico, com pesquisas em matérias de sítios eletrônicos de jornais de grande circulação e governamentais, além de depoimento de um Assistente Social que atua na área da assistência em dois municípios do Estado do Ceará. Quanto ao método, a pesquisa pode ser considerada descritiva e qualitativa.

Palavras-chaves: Renda mínima. Auxílio Brasil. Vulnerabilidade. Pobreza.

ABSTRACT – The Brazil Aid Program (PAB) is a Public Policy of the Federal Government that guarantees a minimum income to Brazilians who find themselves in situations of extreme poverty and poverty, that is, of vulnerability. In this work, we tried to gather some information about the Program, trying to understand if this Policy actually manages to meet its objective and if it manages to give a more dignified life to the supported families, in addition to analyzing the management of this benefit. This research has a bibliographical character, with research on articles from websites of large circulation and government newspapers, in addition to the testimony of a social worker who works in the field of assistance in two municipalities in the State of Ceará. As for the method, the research can be considered descriptive and qualitative.

Keywords: Minimum income. Brazil Aid. Vulnerability. Poverty.

¹ Darlan Moreira Maciel Filho, coordenador do Núcleo de Assuntos Legislativos (NUAL) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), dmmaciel@sfiec.org.br

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo buscaremos entender como é a política pública de garantia de renda mínima do Auxílio Brasil do Governo Federal, anteriormente denominado de Bolsa Família, e se de fato essa política consegue alcançar o seu objetivo principal que é tirar as famílias da situação de pobreza e de extrema pobreza do país.

O Programa Auxílio Brasil foi instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e substituiu a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que versava sobre o Bolsa Família.

Neste contexto, o programa Bolsa Família, criado em 2003 na gestão do Presidente Lula, unificou outros programas sociais criados na gestão do ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, passando o Cadastro Único ser a principal base de dados sobre o público elegível e sua concessão dependia de cumprimento de condicionalidades.

Tal pesquisa, mostra-se interessante, haja vista que na última eleição presidencial foi um dos temas abordados pelos candidatos, pois, este benefício gera um impacto anual de R\$12,1 bilhões de reais aos cofres públicos federais, segundo fontes jornalísticas como “*Gazeta do Povo*”, e atende um público estimado de 53,58 milhões de pessoas, pagando R\$ 600,00 reais por família, além de pagar as famílias um adicional de R\$ 130,00 por cada filho de até 36 meses; de R\$ 65,00 reais para cada filho com idade entre 3 a 21 anos, com uma ressalva, só tem ao adicional os maiores 18 anos de idade que estejam matriculados ou tenham concluído a educação básica; e R\$ 65,00 reais a gestantes e nutrizes (Yano, Célio, Quantos brasileiros estão recebendo o Auxílio Brasil e quais as regiões mais beneficiadas, *Jornal Gazeta do Povo*, 2022).

Em um passado recente, o *Jornal “Poder 360”* fez uma pesquisa e constatou que dos 26 Estados Brasileiros 10 Estados têm mais beneficiário do Bolsa Família que empregos com carteira assinada, todos da região Norte e Nordeste (Mali, Thiago, 10 Estados têm mais beneficiários do Bolsa Família que empregos formais, *Jornal o Poder 360*, 2020).

Deve-se destacar que, segundo a pesquisa realizada pelo o Jornal “Poder 360”, apenas 06 Estados dessas regiões não entraram nesse índice, gerando mais empregos do que benéficos, são eles: Tocantins, Rondônia e Roraima na região Norte e Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco na região Nordeste.



Ainda segundo o Jornal “Poder 360”, o qual, contribui substancialmente com a nossa pesquisa, “a situação dos locais mais pobres piorou com a pandemia, mas o problema é crônico. Basta olhar não só a fotografia atual, mas

o filme dos últimos 10 anos. Nesse período, sempre de 8 a 10 Estados do Norte e do Nordeste tiveram mais beneficiários do Bolsa Família do que empregos formais. (Mali, Thiago, 10 Estados têm mais beneficiários do Bolsa Família que empregos formais, Jornal o Poder 360, 2020) ”.

No Ceará, dos 184 municípios, a pesquisa feita pelo o referido jornal constatou que a capital cearense lidera a quantidade de famílias beneficiadas com o PAB, sendo mais de 345 mil famílias beneficiadas, equivalente a R\$ 209 milhões de reais.

Nota-se, portanto, nessa breve pesquisa, que nessas regiões mais pobres do Norte e Nordeste, acometidas anualmente com catástrofes naturais, como enchentes e secas, e que tem pouco investimento do setor privado para a geração de empregos com carteiras assinadas, esse programa é essencial para dar uma vida mais digna ao beneficiário e garantir uma renda básica a essas famílias. Além, de girar a economia local dos pequenos municípios que vivem apenas do setor público.

2 GESTÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL (PAB)

Após entender a importância deste programa do Governo Federal para o Beneficiário e para o desenvolvimento de determinadas regiões, vamos tentar entender como funciona a gestão dessa política pública de distribuição de renda, que tem participação dos Governos Estaduais e Municipais.

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico do Ministério da Cidadania, observamos que o Governo Federal faz a gestão e a governança deste Programa em parceria com os Municípios e Estados, onde ele tenta controlar o programa através do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do Programa Auxílio Brasil e Cadastro Único, indicador que mede os resultados da gestão do Programa Auxílio Brasil e do Cadastro Único obtidos em um mês.

Tal medida associa a gestão por resultados e libera recursos financeiros aos Estados e Municípios para melhoria da gestão do Programa Auxílio Brasil e do Cadastro Único, tendo por finalidade melhorar a qualidade dos serviços

prestados às famílias beneficiárias, bem como atingir o maior número de pessoas vulneráveis, que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Dessa forma, a capacitação e a operacionalização dos agentes públicos municipais que são responsáveis pelo Cadastro Único é crucial para o êxito do programa auxílio brasil.

2.1 Cadastro único

Nesse contexto, é importante saber que o Cadastro Único é uma ferramenta do Governo Federal que estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar total de até três salários mínimos, dados esses que são usados pelos Governos Federais, Estaduais e Municipais para concessão de benefícios, inclusive o Auxílio Brasil.

Esse Sistema é alimentado pelos Municípios, através de visitas de agentes públicos às famílias vulneráveis ou pelas informações concedidas por essas famílias quando vão fazer seu cadastro ou procuram os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

O CRAS é uma unidade pública de atendimento à população, que oferece os serviços gratuitos de Assistência Social, sendo mantido pelas Prefeituras e Governo Federal, para:

- Fazer o Cadastro Único;
- Dar orientação sobre os benefícios sociais;
- Dar orientação sobre os direitos;
- Dar apoio para resolver dificuldades de convívio e de cuidados com os filhos;
- Fortalecer a convivência com a família e com a comunidade;
- Dar acesso a serviços, benefícios e projetos de assistência social;

- Dar apoio e orientação sobre o que fazer em casos de violência doméstica;
- Dar orientação sobre outros serviços públicos;

Em uma breve consulta ao sítio eletrônico do Ministério da Cidadania, verificou-se que o referido órgão fez um levantamento, mostrando que no Brasil existem mais de 93 milhões de pessoas cadastradas no CadÚnico, sendo mais de 50 milhões de pessoas cadastradas em famílias em situação de extrema pobreza, mais de 9 milhões de pessoas cadastradas em famílias em situação de pobreza, mais de 20 milhões de pessoas cadastradas em famílias de baixa renda e mais de 13 milhões de pessoas cadastradas em famílias com renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo.

Nota-se, portanto, a importância do programa ao ver o grande número de pessoas cadastradas, e o trabalho dos agentes públicos no atendimento destas famílias.

2.2 Metodologia

Para um melhor entendimento, buscamos informações de pessoas que vivenciam a operacionalização do Programa, onde, faremos o uso do instrumento de pesquisa conhecida como entrevista estruturada, com um profissional em atuação em um CRAS, sobre a política pública em discussão, com contextualização da formação e contexto de atuação.

2.3 Análise da entrevista

Tentando entender melhor o programa e saindo um pouco das pesquisas bibliográficas, conversamos com um Assistente Social, que trabalha em dois municípios do Estado do Ceará e que trabalhou nesta área do Cadastro Único, sobre o Programa e preliminarmente podemos dizer que é impressionante como esse Programa, que é uma política de Governo, acolhe e beneficia tantas pessoas, além de gerar renda nos pequenos municípios brasileiros.

Inicialmente solicitei ao servidor público que falasse um pouco, na sua visão, sobre o Programa do Auxílio Brasil, o qual discorreu:

“O programa de transferência de renda direta do Governo Federal, garantido dentro da política nacional de assistência social, o qual está dentro do Sistema único de Assistência Social (SUAS), antes denominado de Bolsa Família e hoje Auxílio Brasil, destinado as famílias em situação de vulnerabilidade social encontradas em situações de pobreza e extrema pobreza, situação, esta, diagnosticada através dos dados fornecidos pelas famílias a equipe do Cadastro Único, **de fato ajuda a mudar a realidade dessas famílias vulneráveis**. Pois, com essa renda, a família irá conseguir comprar alimentação básica, comprar itens voltados para educação e saúde. Em contrapartida, a família deverá matricular as crianças nas escolas, deverá aderir aos programas de saúde da família, para a equipe da saúde verificar a questão de pesagem e vacinação das crianças, e no caso das gestantes, deverão fazer todos os exames de pré-natal, dentre outras obrigações.”

Com a fala do agente público, observa-se que a ideia do programa é ótima e que para ter direito o beneficiário terá de cumprir várias exigências, o que já implica em cortes para quem descumprir.

Dando continuidade, solicitei que ele explicasse melhor como o programa ajuda a mudar a realidade da vida dessas famílias?

“Vejo de forma positiva a evolução do cenário das famílias beneficiadas em seus municípios, explicando que quando a família é contemplada, é acompanhada pelos Centro de Referências de Assistência Social, denominados de CRAS, e que dentro desses Centros existem vários serviços de acompanhamento da família e oferecimento de cursos profissionalizantes e palestras com profissionais de diversas áreas, visando a capacitação dessas famílias para buscarem uma renda extra e quem sabe, saírem do estado de vulnerabilidade e conseqüentemente serem desligadas do Bolsa Família.”

Comentei que muitas pessoas condenam o programa, mas que acreditava, que por falta de conhecimento, pois o propósito dele é deslumbrante.

Nesta linha de raciocínio questionei o que ele achava da opinião das pessoas que desacreditam do programa e que pensam que só favorece quem não precisa?

“Infelizmente existem muitas famílias acomodadas e negligentes que descumprem as condições impostas no programa e que o Governo ao descobrir, não deixa desamparadas e as acompanham através do CREAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social, que trabalha com a questão de vulnerabilidade de direitos e situação mais graves, como: violência doméstica, violência sexual, exploração sexual, violência contra mulher, violência contra o idoso, violência patrimonial. E explica que o Sistema Único de Assistência Social garante as famílias não apenas o Programa de transferência de renda, mas, a outros programas e benefícios como: o auxílio natalidade, auxílio mortalidade, isenção em concurso público, redução da conta de luz e podem ter prioridade nos programas sociais voltados a aquisição da casa própria ou melhoria habitacional. Em relação ao programa favorecer quem não merece, realmente acontece alguns casos e quando os órgãos de fiscalização descobrem, essas pessoas imediatamente têm seus benefícios cortados, além de sofrer sanções cíveis e criminais; e tudo isso acontece por conta da fragilidade do monitoramento. Pois alguns dados não são cruzados via sistema. Existindo, também, um baixo número de profissionais para fazer um monitoramento a contento”

Com esta entrevista, verifica-se que de fato o Governo Federal, bem como os Governos Estaduais e Municipais, procura ser assertivo no cadastro dos beneficiários, os quais são acompanhados pelos agentes públicos municipais do CRAS e CREA, mas que apesar das obrigações, o programa as vezes beneficia pessoas erradas.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAB

Perceber-se, portanto, que esse Programa tem uma função social muito importante para a nossa sociedade que já sofre desde a sua colonização,

buscando garantir ao povo mais vulnerável uma renda mínima para ter uma vida mais digna.

Todavia, passamos analisar o efeito real deste programa, tanto para o beneficiário como para o Governo, que nasceu na gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso e passou a ser uma bandeira para outros Governos, onde podemos observar até aqui, através de matérias jornalísticas e do depoimento de um Assistente Social, que o Governo tenta através dos municípios cadastrar de forma assertiva as famílias vulneráveis e estimula-las a saírem dessa situação.

Porém, na prática, parece que o cadastro não é assertivo, pois o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão fiscalizador, constatou em dezembro de 2022 algumas irregularidades como: possível pagamento indevido a milhões de famílias; inclusão indevida de 3,5 milhões famílias como estimada para o período de outubro de 2022 através de declarações inverídicas sobre composição familiar (Auditoria no Auxílio Brasil constata desvio do público-alvo do programa, Portal TCU, 2022).

Nesse mesmo período a Polícia Federal cumpriu 10 mandados de busca e apreensão e 2 prisões preventivas nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará e Distrito Federal, onde foram criados cadastrados e contas para saques do benefício de forma indevida (PF desarticula quadrilha que fraudava o Auxílio Brasil, Jornal o Poder 360, 2022).

Em setembro de 2022 a jornalista Giuliana Saringer do UOL – São Paulo, escreveu uma matéria com o seguinte título: “Auxílio Brasil tem fraudes e erros; como governo pode reduzir casos? ” A qual escutou vários especialistas que afirmaram que é preciso melhorar o cadastramento dos beneficiários. (Saringer, Giuliana, Auxílio Brasil tem fraudes e erros; como governo pode reduzir casos? Jornal UOL, 2022)

Detecta-se, na matéria citada acima, um dos especialistas ouvidos comenta que na gestão do Bolsa Família, as famílias precisavam ir pessoalmente até um CRAS e o cadastramento era feito por um agente público, denominado de cadastradores, assim como foi citado pelo nosso entrevistado. Porém, aduz que na gestão do Auxílio Brasil houve uma facilitação no pré

cadastro das famílias, através do sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal, o que, para ele prejudicou os cadastros. Pois, pulou a fase de triagem.

No caso, em questão, a maioria dos especialistas entendem que houve uma expansão descontrolada do programa e o Governo não conseguiu controlar os cadastros das famílias, filtrando aquelas pessoas mais necessitadas, apesar de haver uma expansão de beneficiários.

Ou seja, verifica-se que o programa apesar de contar com uma receita da união para bancar essa renda mínima, a gestão não consegue controlar o cadastro das pessoas que realmente precisam e de fato deveriam ser beneficiadas, deixando de contemplar quem realmente precisa.

A partir desta pesquisa, observa-se uma fragilidade do Governo em cadastrar as pessoas que realmente precisam no programa e observa-se que o Governo no passar dos anos vem tentando melhorar, através das fiscalizações do Tribunal de Contas da União (TCU), Polícia Federal (PF) e até mesmo na mudança da forma de cadastro, que foi realizada no último governo e a qual foi bastante criticada por alguns especialistas.

Todavia, apesar da constatação desta fragilidade cadastral, sabemos da importância deste Programa para a Sociedade e que ele deve continuar nos próximos Governos.

Nesse contexto, transcrevemos um trecho de uma matéria divulgada no sítio eletrônico da Casa Civil do Governo Federal, no dia 18/08/2022, a qual retrata que o Auxílio Brasil reduziu a extrema pobreza no País:

**TRANSFERÊNCIA DE RENDA (CASA CIVIL)
AUXÍLIO BRASIL REDUZ A EXTREMA POBREZA NO PAÍS, INDICA
ESTUDO DO IPEA**

Publicado em 18/08/2022 16h51- Atualizado em 31/10/2022 11h30

A extrema pobreza no Brasil será reduzida em 24% até o final de 2022. É o que indica o estudo “Expansão do Programa Auxílio Brasil: Uma reflexão Preliminar”, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgado nessa quarta-feira (17). A pesquisa aponta ainda que o Auxílio Emergencial teve papel estratégico para a redução dos efeitos sociais e econômicos da pandemia de Covid-19, além de conectar o programa com indicadores de melhoria do mercado formal de trabalho.

Esses dados vão na contramão dos demais países, onde a expectativa é de aumento da extrema pobreza em 15%, segundo estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU).

AUXÍLIO BRASIL EM NÚMEROS

Segundo o Ipea, foram gerados, em média, 365 novos empregos formais para cada mil famílias incluídas no Auxílio Brasil.

- A cada 100 famílias que entram no Auxílio Brasil são criadas 37 vagas formais de emprego;
- 33% dos empregos formais vêm sendo criados em municípios com menos de 100 mil habitantes;
- 21% dos novos empregos foram criados nos municípios com taxa de informalidade superior a 40%;

Levando em conta o histórico do Auxílio Brasil, implementado em novembro de 2021, são mais de 7,1 milhões de famílias adicionadas ao longo dos últimos dez meses. Somente de julho a agosto, mais de 2,2 milhões de famílias foram incluídas no programa.

O reajuste do valor para R\$ 600, que começou a ser pago em agosto, não foi considerado pelo estudo. O Ipea diz que o incremento tem possibilitado ganhos no poder de compra que podem chegar a 116% com o piso de R\$600.

Verifica-se, portanto, que o programa teve uns avanços, onde o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que o programa de fato consegue mudar a vida de vários brasileiros encontrados em situação de extrema pobreza e pobreza, que além de conceder uma renda mínima, ele oferece capacitações gratuitas pelo Ministério da Educação com o Ministério da Cidadania, em instituições da Rede Federal de Educação Profissional.

Porém, outro ponto observado e que o programa poderia ir além, seria fazer parceria com o Sistema S ou outras Entidades, visando a qualificação da mão de obra dos beneficiários de forma profissionalizante, pensando na inserção ou realocação de fato dessas pessoas no mercado de trabalho, pois as instituições do Sistema S tem um grande respaldo no setor econômico nessa área profissionalizante, face a grande quantidade de empresas associadas aos seus Sindicatos Patronais e o número de empregados que são qualificados anualmente por elas.

Dentre as instituições do Sistema S, citamos: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBARE), este último, auxilia a montagem do primeiro negócio, e oferece cursos na área de empreendedorismo.

A ideia sugerida era que o Governo criasse uma condicionante para quem é beneficiado do Programa do Auxílio Brasil (PAB) fizesse cursos

profissionalizantes ligados ao Sistema S, onde, os Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) deverão fazer o encaminhamento para as Entidades parceiras, conforme a vocação do beneficiado.

E para estimular a contratação dessas pessoas ao final dos cursos profissionalizantes, os Governos Federais, Estaduais e Municipais poderiam pensar em benefícios fiscais para as empresas contratarem os beneficiados do Programa Auxílio Brasil (PAB) capacitados pelas Entidades do Sistema S.

4 CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, percebe-se que o Programa do Auxílio Brasil (PAB) veio como uma solução imediata para tirar as famílias em situações de extrema pobreza e pobreza, através da concessão de uma renda mínima, além de ser uma das principais propostas de campanha dos candidatos à Presidência da República. Pois quem tem fome, tem pressa.

Nesse contexto, vimos que esse programa é essencial principalmente para os beneficiados das regiões Norte e Nordeste, por concentrarem o maior número de pessoas vulneráveis, por não terem muitos investimentos do setor privado para a geração de empregos com carteiras assinadas, por dar uma vida mais digna ao beneficiário e garantir uma renda básica a essas famílias. Além, de girar a economia local dos pequenos municípios que vivem apenas do setor público.

Porém, constatamos, neste trabalho, que existem falhas graves que precisam ser corrigidas urgentemente, como é o caso do cadastro dessas pessoas e famílias, por meio do CadÚnico, onde, começou com o cadastro feito por cadastradores nos municípios e depois os próprios usuários do programa poderiam fazer seu pré cadastro no sítio eletrônico da Caixa Econômica Federal, através de uma auto declaração, o que para muitos especialistas aumentou as fraldes e para outros acelerou o acesso das pessoas mais necessitadas ao PAB.

Outro ponto abordado foram as condicionantes das pessoas para receberem o PAB, foi mostrado que o Governo oferece curso, mas não

conseguimos identificar os desdobramentos de como essas condicionantes conseguem de fato tirar essas pessoas e famílias das situações encontradas.

Sendo assim, sugerimos uma parceria com Entidades do Sistema S que tenham expertise na capacitação de mão de obra profissional e que conseqüentemente terão uma vaga no Mercado de Trabalho ou quem sabe ajudarão os beneficiados abrirem seu próprio negócio. Além, de sugerir, também, a criação de benefícios fiscais, para estimular as empresas a contratarem com carteira assinada os beneficiários e que conseqüentemente, conseguirão sua independência financeira e deixarão de receber o benefício, desafogando os cofres públicos.

Esse programa é uma política pública de grande relevância para o povo brasileiro, é tanto que sempre está em evidências no meio político e antes de finalizar este artigo o novo Governo, que começou sua gestão em 2023, renomeou o programa, passando a se chamar novamente de Bolsa Família e está revendo vários pontos, para tentar melhorar o programa.

5 REFERÊNCIAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL NET. **Como se inscrever no cadastro único em Fortaleza**, Portal da Assistência Social.Net, link: <https://www.assistenciasocial.net.br/default.asp?Pag=3&Destino=Cadastro-Unico&Estado=CE&Cidade=Fortaleza> acessado em 02 de fevereiro de 2023

BRASIL, **Auditoria no Auxílio Brasil constata desvio do público-alvo do programa, TCU, 2022**, link: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/auditoria-no-auxilio-brasil-constata-desvio-do-publico-alvo-do-programa.htm> publicado em 15 de dezembro de 2022

BRASIL. **Rede de Assistência e Proteção Social, Sítio eletrônico do Governo Federal**, link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social> publicado em 05 de janeiro de 2023

BRASIL, **Ceará tem 1,45 milhão de famílias contempladas pelo Auxílio Brasil em setembro de 2022**, Ministério da Cidadania, 2022, link: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ceara-tem-1-45-milhao-de-familias-contempladas-pelo-auxilio-brasil-em-setembro-de-2022#:~:text=O%20Cear%C3%A1%20concentra%201%2C45,%C3%A9%20de%20R%24%20881%20milh%C3%B5es.> publicado em 27 de setembro de 2022

BRASIL, Sítio eletrônico do Auxílio Brasil e Cadastro Único do Governo Federal, link: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pabcad/relatorio-completo.html> acessado em 02 de fevereiro de 2023

IPEA. **Auxílio Brasil reduz a extrema pobreza no País**, indica estudo do Ipea, Ministério da Cidadania, 2022, link: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/agosto/auxilio-brasil-reduz-a-extrema-pobreza-no-pais-indica-estudo-do-ipea> publicado em 18 de agosto de 2022

MALI, Tiago, **10 Estados têm mais beneficiários do Bolsa Família que empregos formais**, 2020, link: <https://www.poder360.com.br/brasil/10-estados-tem-mais-beneficiarios-do-bolsa-familia-que-empregos-formais/> publicado em 18 de agosto de 2020

PEREIRA, Luís, **Entenda a trajetória dos programas de transferências de renda desde a criação do Bolsa Família**, no início dos anos 2000, Jornal InfoMoney, 2023, link: <https://www.infomoney.com.br/politica/entenda-a-trajetoria-dos-programas-de-transferencia-de-renda-desde-a-criacao-do-bolsa-familia-no-inicio-dos-anos-2000/> publicado em 03 de março de 2023

PODER 360. **PF desarticula quadrilha que fraudava o Auxílio Brasil**, Jornal o Poder 360, <https://www.poder360.com.br/justica/pf-desarticula-quadrilha-que-fraudava-o-auxilio-brasil/> publicado em 20 de dezembro de 2022

ROBERTA, Ana. **Liberado: quem recebe Auxílio Brasil pode fazer curso gratuito, veja como**, Portal Seu Crédito Digial.com, 2022, link <https://seucreditodigital.com.br/liberado-quem-recebe-auxilio-brasil-pode-fazer-curso-gratuito/> publicado em 11 de agosto de 2022

SARINGER, Giuliana, **Auxílio Brasil tem fraudes e erros; como governo pode reduzir casos?** Jornal UOL, 2022, link: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/29/como-evitar-fraudes-no-auxilio-brasil.htm> publicado em 29 de setembro de 2022

YANO, Célio, **Quantos brasileiros estão recebendo o Auxílio Brasil e quais as regiões mais beneficiadas**, jornal da Gazeta do Povo, 2022, link: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/quantos-brasileiros-recebem-auxilio-brasil-cada-regiao-estado/> publicado em 12 de setembro de 2022